Remover marca d'água agora

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

PLANO DE ENSINO

I – IDENTIFICAÇÃO	
Disciplina:**DIREITO ADMINISTRATIVO**	Código da Disciplina:
Carga Horária: 64 horas	Período Letivo: 2019/1 – 3º SEMESTRE
Professor: MOACIR JOSÉ OUTEIRO PINTO	Curso: ADMINISTRAÇÃO Regime: SEMESTRAL
Departamento de Origem: FACULDADE DE DIREITO DA UFMT	

II – EMENTA

1. NOÇÕES PRELIMINARES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1.1. DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1.1.1. Conceito
1.1.2. Relação com outros ramos do Direito e com as Ciências Sociais
1.1.3. Formação do Direito Administrativo
1.1.4. Direito Administrativo Alemão
1.1.5. Direito Administrativo Italiano
1.1.6. Direito. Administrativo anglo-americano
1.1.7. Direito Administrativo Brasileiro
1.1.8. Fontes do Direito Administrativo
1.1.9. **A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM**

1.1.9.1. Sentido Estrito
1.1.9.2. Sentido Objetivo
1.1.9.3. Sentido Subjetivo

1.2. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.2.1. Legalidade
1.2.2. Impessoalidade ou Finalidade
1.2.3. Moralidade
1.2.4. Publicidade
1.2.5. Eficiência
1.2.6. **PRINCÍPIOS INTEGRADORES**

1.2.6.1. Supremacia do Interesse público
1.2.6.2. Presunção de Legitimidade ou de veracidade
1.2.6.3. Especialidade
1.2.6.4. Razoabilidade de Proporcionalidade
1.2.6.5. Motivação
1.2.6.6. Segurança Jurídica
1.2.6.7. Ampla Defesa e Contraditório

1.3. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.3.1. Administração Direta e Indireta
1.3.2. Entidades Políticas e Administrativas
1.3.3. Entidades Estatais
1.3.4. Entidades Autárquicas

pdfelement

Remover marca d'água agora

1.3.5. Entidades Fundacionais
1.3.6. Entidades Paraestatais
1.3.7. **DOS ORGÃOS, AGENTES PÚBLICOS E SERVIDOR PÚBLICO**

1.3.7.1. Classificação dos Órgãos
1.3.7.2. Agentes Públicos
1.3.7.3. Investidura dos Agentes Públicos
1.3.7.4. O Servidor Público

1.3.8. Administração Centralizada e Descentralizada

2. DOS PODERES E DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

2.1. DOS PODERES

2.1.1. Distinção entre pode administrativo e poder político
2.1.2. Poder Vinculado
2.1.3. Poder Discricionário
2.1.4. Poder Hierárquico
2.1.5. Poder Disciplinar
2.1.6. Poder Regulamentar
2.1.7. Poder de Polícia
2.1.8. Polícia Sanitária

2.2. DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

2.2.1. Conceito e Requisitos dos Atos Administrativos
2.2.2. Atributos do Ato Administrativo
2.2.3. Classificação dos Atos Administrativos
2.2.4. Espécies de Atos Administrativos
2.2.5. Teoria dos Motivos Determinantes
2.2.6. Invalidação dos Atos Administrativos

3. DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E LICITAÇÃO

3.1. Considerações gerais
3.2. Principais Contratos Administrativos
3.3. Formalização e Execução do Contrato Administrativo
3.4. Inexecução, revisão e rescisão do contrato
3.5. DA LICITAÇÃO

3.5.1. Considerações Gerais
3.5.2. Finalidade e Objeto da Licitação
3.5.3. **PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO**

3.5.3.1. Procedimento Formal
3.5.3.2. Publicidade de seus Atos
3.5.3.3. Igualdade entre os Licitantes
3.5.3.4. Sigilo na apresentação das Propostas
3.5.3.5. Vinculação ao Edital
3.5.3.6. Julgamento Objetivo
3.5.3.7. Probidade administrativa
3.5.3.8. Adjucação compulsória

pdfelement

Remover marca d'água agora

3.5.4. Obrigatoriedade, Dispensa e Inexigibilidade de licitação
3.5.5. Modalidades de Licitação

4. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

4.1. Conceito e Abrangência
4.2. Controle Administrativo
4.3. Controle Legislativo
4.4. Controle Judicial

4.4.1. **DOS MEIOS DE CONTROLE**

4.4.1.1. Habeas Corpus
4.4.1.2. Habeas Data
4.4.1.3. Mandado de injunção
4.4.1.4. Mandado de Segurança Individual
4.4.1.5. Mandado de Segurança Coletivo
4.4.1.6. Ação Popular
4.4.1.7. Ação Civil Pública

5. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

5.1. Delimitação do tema
5.2. Teoria da Irresponsabilidade
5.3. Teoria civilista
5.4. Teoria Publicista
5.5. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade
5.6. Responsabilidade por atos legislativos
5.7. Responsabilidade por atos jurisdicionais.
5.8. Reparação do Dano.

6. ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE PRIVADA.

6.1. ATUAÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

6.1.1. Preceitos Constitucionais
6.1.2. Preceitos infraconstitucionais
6.1.3. Bem-Estar Social
6.1.4. Competência para Intervenção
6.1.5. Meios de Intervenção e de atuação
6.1.6. Monopólio
6.1.7. Repressão ao abuso do poder econômico
6.1.8. Persecução Penal
6.1.9. Outras formas.

6.2. ATUAÇÃO NA PROPRIEDADE PRIVADA

6.2.1. Preceitos Constitucionais
6.2.2. Preceitos Infraconstitucionais
6.2.3. Ocupação Temporária
6.2.4. Requisição Administrativa

pdfelement

Remover marca d'água agora

6.2.5. Tombamento
6.2.6. Servidão Administrativa
6.2.7. Desapropriação

III – OBJETIVOS

Desenvolver no futuro bacharel em administração noções básicas referentes à implicações legais no exercício do profissional em administração. A disciplina visa proporcionar aos alunos condições que o habilitem, através do conhecimento das legislações que regulamentam a Administração Pública, a entenderem e aplicarem seus conhecimentos teóricos dos principais institutos do Direito Administrativo nas suas atividades empresariais. Assim como, desenvolver no aluno uma formação suficiente de conhecimentos teóricos do Direito em face da profissão do administrador pela interdependência dessa ciência com os demais ramos do conhecimento humano, assim como pela ética profissional, postura e a necessidade de fácil e adequada expressão verbal e escrita. Para tanto, analisar-se-á o Direito e seu papel na vida social e implicações do direito na vida profissional e pessoal cotidiana.

IV - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1 - Ministrar noções básicas e essenciais para a formação de uma consciência jurídica, visando o desenvolvimento do raciocínio jurídico, aplicável às disciplinas curriculares de Administração, colocando o aluno diante dos direitos e obrigações da vida civil se inter-relacionando com a vida pública.

2 - Desenvolver no aluno habilidades jurídicas no tratamento de questões que envolvam a relação administrativa com o ente público.

3 - Habilitar o aluno a desenvolver constantemente e despertar seu interesse no pensamento sócio-jurídico em decisões corporativas no âmbito da gestão das obrigações publicas e privadas da empresa perante o ente público.

4 - Desenvolver a capacidade do bacharel em Administração em utilizar estrategicamente do conhecimento publico-administrativo, sem incorrer em incidentes legais que afetam principalmente a probidade administrativa

V - PROCEDIMENTOS DE ENSINO (técnicas, recursos e avaliação)

1 - **METODOLOGIA:** Processo participativo-discursivo, com questionamentos hábeis para reflexão (pensar o direito), dispondo, nessa oportunidade, da lógica, da racionalidade técnica, tópica, análise de textos, casos concretos e diplomas normativos. Ainda serão trazidos aspectos do direito comparado para melhor crítica construtiva. Nessa diretriz, será considerada uma avaliação do aluno em sala de aula (sagacidade, sensibilidade da compreensão prática e sistemática da disciplina e do direito).

pdfelement

Remover marca d'água agora

2 - TÉCNICAS DE ENSINO: Individualizado e em Grupo: Utilização de exposição, com utilização de material didático, inclusive biblioteca virtual, buscando a universalização do conhecimento, através:

- Instrução programada
- Perguntas e respostas
- Trabalho em grupo
- Estudo do meio - fatos
- Estudo dirigido - legislação
- Estudo de texto – reflexão e análise de caso
- Seminários
- Interdisciplinaridade com outros Cursos afins

3 - AVALIAÇÃO:

- Formativa: seminários, exercícios práticos, avaliações com consulta;

- Somativa: provas objetivas, provas com questões abertas/discursivas.

VI - RECURSOS (humanos, técnicos e materiais necessários para o ensino a serem viabilizados pelo Departamento/Unidade).

1 - SALA COM ESTRUTURA ADEQUADA E FUNCIONAL;
2 - DATA-SHOW;
3 - TEXTOS (FOTOCOPIADOS)

VII - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOURT, Marcos Vinicius Corrêa. **MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO.** 4ª ed. São Paulo: Editora Forum, 2010.

COELHO, Fábio Uchoa. **CURSO DE DIREITO COMERCIAL.** Vol. 1. 16ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012

DA SILVA, José Afonso da Silva. **CURSO DE DIREITO CONTITUCIONAL POSITIVO.** 36ª ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **DIREITO ADMINISTRATIVO.** 14ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002

FILHO, José dos Santos Carvalho. **MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO.** 24ª ed. São Paulo: Lumen Juris, 2011

FIUZA, César. **DIREITO CIVIL.** 2ª ed. Minas Gerais: Del Rey, 2015

GAGLIANO E PAMPLONA FILHO, Pablo Stolze e Rodolfo. **NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL.** Parte geral 1. 14ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012

Remover marca d'água agora

MEIRELLES, Hely Lopes e outros. **DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO**. 40ª ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 2014

PINTO, Moacir José Outeiro. Monografia. **O ACORDO DE LENIÊNCIA E O TERMO DE COMPROMISSO DE CESSAÇÃO NA LEI 12.529.2011. (IN)COERÊNCIAS COM O DEVIDO PROCESSO LEGAL CONSTITUCIONAL**. Cuiabá: FD/UFMT, 2015

PIRES, Antonio Cecilio Moreira. **RESUMO JURÍDICO – DIREITO ADMINISTRATIVO**. São Paulo. Ed. Barros Fischer & Associados, 2014.

SCALOPPE. Luiz Alberto Esteves. **POLÍTICA E DIREITO – CIÊNCIA POLÍTICA COM TEORIA GERAL DO ESTADO**. Cuiabá: Ed. KCM, 2012

VÁRIOS AUTORES; Coordenadores: José Joaquim Gomes Canotilho, Gilmar Ferreira Mendes, Ingo Wolfgang Sarlet e Lênio Luis Streck. **COMENTÁRIOS À CONSTITUIÇÃO DO BRASIL**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

VIII – AVALIAÇÃO

1ª PROVA DISSERTATIVA – **1/3 DA NOTA FINAL**
2ª PROVA OBJETIVA – **1/3 DA NOTA FINAL**
3ª TRABALHOS DE PESQUISA/SEMINÁRIOS E OUTROS– **1/3 NOTA FINAL**
4º FICHAMENTO DAS AULAS PRESENCIAIS:
(100%)=> **1 PTO NA MÉDIA FINAL**
(75% á 99%) **= 0,5 PTO NA MÉDIA FINAL**

AVALIAÇÃO EXTRA – MEDIANTE FALTA JUSTIFICADA: DISSERTATIVA – 10 QUESTÕES
AVALIAÇÃO EM PROVA FINAL: OBJETIVA E DISSERTATIVA

PROFESSOR: **MOACIR JOSÉ OUTEIRO PINTO** – FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO EM 10/05/2019.